

Leituras da liberdade - “O Taquaryense” e o pós-abolição

Readings of liberty – “O Taquaryense” and the post-abolition

Neli Teresinha Galarce Machado¹

Magna Lima Magalhães²

Karen Daniela Pires³

Resumo

A imprensa é exaustivamente citada em estudos históricos do fim do século XIX no Rio Grande do Sul. Os jornais foram elementos importantes vinculados ao crescimento das cidades e à formação das elites e da sociedade de massas. Neste estudo trataremos de apresentar algumas reflexões sobre o conteúdo publicado no jornal O Taquaryense e sua abordagem acerca da presença negra no município de Taquari, Rio Grande do Sul. Interessa-nos as matérias veiculadas entre os anos de 1889 e 1890, período marcado pela Lei Áurea (1888), pelo fim da Monarquia, bem como pelo início da República (1889) e seu impacto sociopolítico no Brasil. Pretende-se discutir o pós-abolição a partir das matérias publicadas no periódico, as quais nos instigam a pensar sobre as novas experiências de liberdade, bem como sobre as diferentes percepções presentes nos escritos publicados no Taquaryense a respeito dos libertos e seu papel social. Nesse sentido, ao lançarmos mão da imprensa como fonte histórica, é possível o contato com elementos configuradores da complexidade do cenário local e sua pluralidade, os quais possibilitam uma reconstituição histórica envolvendo um contexto ligado às disputas e aos conflitos de uma dada realidade escravagista.

Palavras-chave: Jornal. Liberdade. Taquari. Rio Grande do Sul.

Abstract

The press is exhaustively quoted in historical studies of the late nineteenth century in Rio Grande do Sul. The newspapers were important elements linked to the growth of cities and the formation of elites and mass society. In this study we will try to present some reflections about the content published in the newspaper O Taquaryense and its approach about the black presence in the municipality of Taquari, Rio Grande do Sul. We are interested in the material published between the years 1889 and 1890, period marked by the Golden Law (1888), by the end of the Monarchy, as well as by the beginning of the Republic (1889) and its socio-political impact in Brazil. It is intended to discuss post-abolition from the articles published in the journal, which instigate us to think about the new experiences of freedom, as well as about the different perceptions present in the writings published in O Taquaryense regarding freedmen and their social role. In this sense, by using the press as a historical source, it is possible to contact elements that configure the complexity of the local scene and its plurality, which enable a historical reconstruction involving a context related to the disputes and conflicts of a given slavery reality.

Keywords: Newspaper. Freedom. Taquari. Rio Grande do Sul.

¹ Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES).

² Doutora em História pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Professora do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais da Universidade FEEVALE.

³ Mestre e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES).

Recebido em outubro de 2017/Aprovado em março de 2018

“[...] Os ex escravizados dali, julgando-se com ampla liberdade de fazer o que quiserem, pois que agora governam os seus narizes, recusam-se a trabalhar, rejeitando propostas vantajosas que lhes são feitas. Levam vida vagabunda, mettidos em pandegas, armados e altaneiros para com os brancos.”⁴

Introdução

Notícias relacionadas ao processo abolicionista se encontram nas páginas de um antigo jornal ainda em circulação no Rio Grande do Sul. O Taquaryense, com sua sede no município de Taquari, possibilita ao pesquisador ler cartas de liberdade concedidas aos escravizados do município de Taquari e de áreas adjacentes. Como parte significativa da história da imprensa, existe há 128 anos, é o único da América Latina que faz uso de tipos móveis para a sua impressão (FIGURA 1). Apontado também como o segundo jornal mais antigo do Estado. O primeiro é A Gazeta do Alegrete, que está em circulação desde o ano de 1882.

Figura 01 – Capa do Jornal de 15 de maio de 1888



Fonte: Jornal O Taquaryense (1888).

⁴ Trecho da notícia do dia 5 de março de 1890. MENINO JESUS... PRETO. O Taquaryense, Taquari, p.02.

Albertino Saraiva⁵ foi o responsável pela redação das notícias divulgadas no jornal e recebia o auxílio da família para distribuir o periódico para os assinantes. O Taquaryense, como órgão de imprensa, apresentava um conteúdo predominantemente político, com espaços para anúncios publicitários e se auto definia como um “periódico imparcial”. De acordo com Bourdieu (1997), o campo jornalístico de um modo geral e um órgão de imprensa em particular obtêm autonomia como produtores culturais, na medida em que conseguem se afastar de dois campos em torno dos quais estiveram vinculados na sua origem: o político e o literário.

Com as características observadas no Taquaryense e na definição de campo jornalístico, percebe-se que o jornal apresenta elementos modernos, uma vez que não dependia de um partido político para se manter, tendo somente assinaturas e publicidade para esse fim. Ainda em conformidade com Bourdieu (1997), mais que o campo político e o campo econômico, e mais que o campo científico, artístico ou literário ou mesmo jurídico, o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos vereditos do mercado. Ou seja, depende da aceitação e do consumo da comunidade.

O jornal é uma importante fonte histórica. O pesquisador tem a possibilidade de encontrar informações do contexto social, político e econômico do período em que está analisando. Ressalta-se que um assunto recorrente em um periódico precisa ser analisado cuidadosamente, entendendo a complexidade daquilo que aparentemente está esclarecido na perspectiva de quem está realizando a pesquisa. Nas palavras de Schwarcz (1987), é relevante entender o jornal como uma das maneiras de produzir, refletir e representar percepções e valores de uma época. Dessa forma, ao elencarmos o jornal como fonte histórica e a seleção de matérias voltadas à discussão da liberdade e da presença negra em Taquari/RS, entendemos que essas publicações são carregadas de significação e relacionadas a um contexto de transformação e alterações do momento histórico em estudo.

A partir das notícias publicadas no periódico é exequível pensar o cenário local e suas alterações com a extinção da escravidão, bem como as implicações nas relações

⁵ Fundador do jornal O Taquaryense, em 31 de julho de 1887, Albertino Saraiva nasceu em São Jerônimo, interior do Rio Grande do Sul, no dia 01 de julho de 1865. Mudou-se para o município de Taquari, a fim de trabalhar numa tipografia. Foi casado com Joanna Gomes Saraiva, com quem teve catorze filhos, dos quais três faleceram. A família eram quem auxiliava na distribuição do jornal. Antes de fundar O Taquaryense, Albertino esteve à frente de outros dois jornais, A Restauração (1886) e Gazeta de Taquary (1886). O Taquaryense continua sendo administrado pela família Saraiva, a neta do fundador, Flávia Saraiva Dias, é quem o coordena atualmente.

sociais baseadas no binômio escravo/senhor envoltas por percepções políticas arraigadas em uma hierarquia senhorial vigente por muito tempo. Nessa perspectiva, Albuquerque (2009) escreve que os textos do jornal nos instigam a pensar nas tensões estabelecidas em torno do sentido de liberdade, o qual certamente aponta entendimentos diferenciados no “jogo social”.

Para este estudo selecionamos as notícias apresentadas no Taquaryense correspondentes aos anos de 1889 e 1890. Todos os exemplares foram lidos e, posteriormente, selecionadas as notícias sobre o tema do presente estudo. Interessamos como recorte temporal o imediato pós-abolição (com a Lei Áurea, 1888), bem como o fim da monarquia e proclamação da república (1889), já que entendemos o momento como relevante no campo social e político da sociedade brasileira. Albuquerque (2009, p.97) colabora com o fato de que ao pensarmos a abolição a partir dos textos do jornal O Taquaryense, não a entendemos como uma data ou marco histórico que desconsidera negociações, conflitos e tensões existentes, mas sim “como ocasião de tensão e disputa em torno de sentidos de cidadania da população de cor” em meio a uma sociedade que se desestruturava.

A percepção do jornal perante a situação de ex-escravizados

Ao ler as páginas das edições do jornal referentes aos anos de 1889 e 1890, notou-se, de uma forma geral, notícias variadas. Algumas mencionaram o contexto de transição do governo imperial para o republicano, acontecimentos envolvendo política, economia, informações referentes às decisões da Câmara Municipal de Taquari e Estrela⁶, informes aos assinantes, anúncios, divulgação de implantações de leis nacionais, festas religiosas, comunicados, editais, folhetim, correio e requerimentos de moradores sobre providências locais. Mas o que está em análise neste artigo são as publicações que fizeram menção aos ex-escravizados em Taquari e em alguns momentos a locais pertencentes ao município ou que se desmembraram deste.

⁶ Taquari desmembrou-se do município de Triunfo/RS em 4 de agosto de 1849. Na época, seu território correspondia a uma grande área, envolvendo os atuais municípios de Lajeado, Venâncio Aires, parte de Guaporé, Santa Cruz (colônia de Monte Alverne), Estrela e a atual Vila de Santo Amaro do Sul. Estrela se emancipou de Taquari em 1876.

A primeira notícia de evidência foi a intitulada “Os pretos da Serra”, de 05 de fevereiro de 1889, cujo conteúdo traz à tona o recrutamento militar de indivíduos negros que se refugiavam na mata. A notícia indicava:

Diz-nos pessoa chegada da serra deste município, que os cidadãos de cor preta dali estão escondidos no matto, com medo do recrutamento. Alguns, a quem os azares da vida deixaram-lhe de menos uma perna, também estão como b-o bó, a tirar sipó. Dizem eles que sió dilegado os quer pegar para mandar cural-os (da falta da perna, talvez!) e pôl-os na tropa da linha⁷.

Percebe-se que o jornal utiliza a denominação “cidadãos de cor preta”, um indicativo da mudança ocorrida a partir da Lei Áurea, posto que os “pretos” agora eram cidadãos e não mais escravos. No entanto, a “cidadania” recebia uma cor, “preta”, apontando um diferencial. Em outras palavras, a abolição havia igualado os “homens numa sociedade sem escravos”, no entanto, a “igualdade era desigual em termos de direitos políticos e sociais” (GOMES, 2011, p.23).

Para Silva (2009), a migração interna dos libertos foi uma ação comum no Brasil. A mobilidade dos homens livres pobres ocorria mais no campo, onde os deslocamentos tinham um caráter sazonal, obedecendo ao período das colheitas ou às condições climáticas ruins, caso não melhorassem. Essa migração foi uma forma de escapar dos alistamentos forçados e da truculência dos recrutadores que usavam momentos de lazer como festas para realizar o engajamento forçado. Relaciona-se essa explicação com o conteúdo da notícia que enfatiza o medo do recrutamento que dispunham os indivíduos em liberdade em Taquari.

Outro aspecto considerável sobre o conteúdo publicado é a referência ao local em que estavam os “cidadãos de cor”, ou seja, na serra do município de Taquari. Lembrando Faria (1981), que diz que Taquari, em sua maior parte, é constituído de imensas coxilhas e nos seus limites com os municípios de Estrela e Montenegro ficava a Serra Geral, com montes cobertos de bosques. Dessa maneira, acredita-se que alguns dos libertos tenham se deslocado para a Serra Geral para se instalar depois da abolição ou já estavam nesse espaço antes mesmo de 1888. Um lugar que foi opção para escravizados, que não possuíam meios de sobrevivência no espaço urbano de Taquari.

Christillino (2004) salienta a insegurança das áreas serranas e da inviabilidade econômica de sua exploração via agropecuária, com isso, foram “abandonadas” e

⁷ OS PRETOS DA SERRA. O Taquaryense, Taquari, p.02, 05 fev. 1889.

constituíram uma fronteira agrária aberta para as posses de alguns e uma boa fonte de lucros para outros que quisessem fazer sua comercialização. Essa situação acontecia por meio do apossamento ou da compra de seus antigos donos. Além disso, comenta que na Serra Geral havia os ervais, que se constituíam como locais para os deslocamentos da grande massa de lavradores expropriados ou expulsos pela pressão demográfica fundiária, refugiados da Revolução Farroupilha e da justiça e demais marginalizados sociais. Assim, os ervais passaram a ter importância, especialmente para as autoridades públicas, já que representavam uma válvula de escape às pressões daquela sociedade e passaram a assegurar a sobrevivência dos “infratores da Lei”.

Os fazendeiros, em sua maioria, possuíam terras florestais, sendo que grande parte dos territórios dos municípios localizados na região serrana e no Planalto foram cobertos por matas. Segundo Christillino (2010), foi a agricultura e a extração da erva-mate que movimentaram as economias municipais. No município de Taquari, essas atividades tinham mais relevância que a pecuária, sendo a erva-mate o produto que contribuiu significativamente para os impostos no período de 1850 a 1876.

Consoante com o historiador regional Christillino (2010), a estrutura fundiária de Taquari na década de 1850 passava por profundas transformações em função da expansão das colônias de imigrantes europeus na região serrana do Rio Grande do Sul. Explica que esse município possuía uma estrutura de acesso à terra saturada na década de 1850⁸, porém, apresentava uma fronteira de ocupação aberta nas terras florestais da Serra Geral. Tais áreas foram rapidamente ocupadas entre 1850 e 1880, principalmente por colonizadores particulares interessados na comercialização de lotes aos imigrantes. Tal situação provocou disputas.

Na mesma edição do jornal citada anteriormente, identificou-se outra publicação mencionando ex-escravizados, agora, evidenciando tal condição e, com isso, o periódico faz um juízo de valor desses sujeitos no momento em que utiliza a denominação “vagabundos”. O fato de estarem libertos permitiria a escolha de não quererem trabalhar, segundo a visão do periódico e a liberdade se tornaria um problema. Além disso, recomenda a intervenção da polícia para colocá-los no caminho correto e assim “salvar” esses pobres “coitados”. Conforme destacado:

⁸ No ano de 1850 ocorre a elaboração da Lei de Terras na tentativa de organizar o acesso à terra no Brasil. Segundo Both da Silva: “Vale ressaltar que a Lei de Terras realizou muito pouco no que se refere aos seus objetivos e em relação ao tempo em que foi a única legislação existente e voltada a definir uma solução ao problema da apropriação territorial no Brasil” (Christillino, 2015, p.88).

Os pretinhos serranos fornecem-nos hoje matéria para duas notícias. E valhamos ao menos isso no meio da grande pasmaceira que atravessa a nossa pacata villa, que não quer fornecer ao nosso repórter novidades que satisfaçam a curiosidade do leitor exigente. Eis o caso: Os ex escravizados dali, julgando-se com ampla liberdade de fazer o que quiserem, pois que agora governam os seus narizes, recusam-se a trabalhar, rejeitando propostas vantajosas que lhes são feitas. Levam vida vagabunda, mettidos em pandegas, armados e altaneiros para com os brancos. Ao sr. delegado de polícia recomendamos esses alegres rapazes, pois a vagabundagem deles pode trazer como consequência sérios distúrbios. A ignorância completa dessa pobre gente, mais do que a maos instinctos, deve-se atribuir a serie de desatinos que tem commettido, e a intervenção, prudente, do sr.delegado, addiccionada de bons conselhos, operará sem dúvida optimos resultados.⁹

Em outras notícias, em especial as dos anos de 1887 e 1888, tem-se uma posição favorável do semanário à abolição, com palavras de elogios aos senhores que concediam alforrias e na reprodução de trechos de discursos que defendiam a liberdade dos escravizados. Como visto na notícia de 05 de setembro de 1887:

O Sr. Tenente-coronel José de Azambuja Villa Nova vai render um preito ao dia commemorativo de nossa independencia entregando carta de liberdade à sua escrava Belisiaria, parda, de 40 annos de idade. O acto que vai praticar o Sr. Tenente-coronel Villa Nova é tão humanitario e por si recommenda-se tanto, que dispensa-nos de elogios.¹⁰

Mas se nota na publicação anterior que o negro, então liberto, se tornava um problema social, o que leva à dúvida sobre o discurso abolicionista do jornal, pois havia, nas condições de produção do jornal, relações de amizade com os proprietários da mão de obra escravizada em Taquari, que pertenciam à elite econômica e política do município, favores ou algum pagamento financeiro pela divulgação da notícia.

Não obstante, as últimas décadas do século XIX são marcadas pela construção de uma nova ideologia do trabalho que estava articulada com a percepção de “ordem” e “progresso”, os esteios da civilização. Nesse sentido, aqueles que não se enquadraram em tal perspectiva eram estigmatizados, portanto, os vadios, desordeiros que tinham que ser vigiados e corrigidos. Ainda, conforme Chalhoub, o que estava em jogo era a superação da sociedade colonial e a passagem para uma sociedade civilizada, com novas perspectivas em torno do trabalho, costumes, ou seja, “despertar o sentimento de nacionalidade” (CHALHOUB, 2001, p.49). Em outras palavras, projetava-se uma nova

⁹ MENINO JESUS... PRETO. O Taquaryense, Taquari, p.02, 5 mar. 1890.

¹⁰ LIBERDADE. O Taquaryense, Taquari, p.01, 5 set. 1887.

sociedade que deixava no passado as características coloniais, como o trabalho compulsório e a monarquia, elementos associados ao atraso do Brasil. Por essa perspectiva foi “preciso submeter o homem livre pobre à sociedade ordenada pelo trabalho” (CHALHOUB, 2001, p.50).

Evidenciam-se no texto publicado no periódico elementos de uma realidade histórica que não mais estava circunscrita pela oposição entre senhores e escravos, conseqüentemente “rompia” com uma hierarquia fortemente estabelecida desde os tempos coloniais, gerando uma subversão de valores, pois estabeleceram-se posições naturalizadas de poder, de mando e de controle. Como bem assevera Albuquerque (2009, p.125), “não era apenas trabalhadores que os proprietários perdiam, mas a sua posição hierárquica estava em jogo”.

Outro aspecto presente na notícia é a intervenção do delegado para resolver a “vagabundagem” dos libertos, sob essa perspectiva, Neder (1997) salienta a modernização das cidades, as reformas urbanísticas, em especial no Rio de Janeiro, mas, para além disso, deixa clara a estratégia de controle social a ser projetada para a massa de ex-escravizados. Havia o *medo branco*, manifestado diante das possibilidades de expansão do espaço (político e geográfico) da população afro-brasileira. Perante isso, optou-se por um controle social para impedir que os ex-escravizados reivindicassem direitos e espaços. Relaciona-se tal ideia com a frase da notícia que diz que os “pretinhos serranos” andavam armados e arrogantes para com os brancos, o que geraria sérios problemas.

É concebível observar na notícia, além dos tópicos já mencionados, a definição dos ex-escravizados como totalmente ignorantes, algo que seria motivo das práticas consideradas “perigosas” aos olhos do jornal e quem sabe da comunidade de Taquari. E quem ajudaria a dar bons conselhos seria o delegado do município, que evitaria os problemas dos brancos. Percebe-se a preocupação com o espaço que o liberto ocuparia na sociedade e, de acordo com o exposto, seria de forma negativa e ruim. Dessa maneira, foi necessário fazer algo para que se garantisse a ordem social e a tranquilidade. Acionava-se, portanto, o aparato policial como forma de manter a ordem, representado na figura do Sr. Delegado.

Segundo Costa (2015), com o fim da escravidão e a liberdade oficial dos negros teve início um período de muitas dificuldades e alguns atritos devido às diferentes concepções de liberdade. Por um lado, as classes dominantes queriam que os ex-

escravizados seguissem determinados padrões de vida e de trabalho, mas, por outro lado, enquanto indivíduos, os negros traziam de suas experiências anteriores um aprendizado social de liberdade próprio e almejavam colocá-lo em prática.

De acordo com Mattos (1998), no mundo rural do Sudeste, os “vadios” se confundiam com os libertos e sua movimentação. Com isso, a repressão à vadiagem facilmente se transformava em coerção à liberdade dos ex-escravizados. Nos últimos meses do Império e na primeira década republicana, as ambiguidades e conflitos de ideias entre poder público e privado marcariam a experiência de ex-senhores e libertos. Nota-se que as explicações da autora se aproximam da concepção que se formava em torno dos libertos em Taquari quando se lê algumas notícias do Taquaryense.

Para Gomes e Domingues (2011), iniciou-se um debate entre monarquistas e republicanos no Rio de Janeiro sobre o liberto, mais precisamente sobre a participação política dos ex-escravizados, de modo que, em determinados momentos, essa discussão se transformava em conflitos armados entre libertos e republicanos. Alguns segmentos sociais da época defendiam seus discursos a respeito da participação dos libertos na política, como os abolicionistas, monarquistas e políticos republicanos, que evidenciavam seus interesses por um projeto que fosse disciplinador de trabalho e higiene para uma grande população de cor livre, constituída em boa parte por ex-escravizados. Mas, por outro lado, existia uma população negra que buscava constantemente redefinir os mecanismos de controle e da dominação sobre ela exercida.

Na publicação do dia 25 de março de 1889, o jornal informa: “Foram presas correccionalmente, por queixa articulada contra ellas, as crioulas Rita e Thereza, e a corneta da secção, por desobedecer a autoridade policial. Já foram soltos os melros”¹¹. Nesse caso, nota-se novamente a interferência policial com as possíveis ex-escravizadas, como já foi notado em outras notícias apresentadas. Percebe-se que ocorreu uma reclamação feita sobre Rita e Thereza para a polícia, mas não se sabe os motivos dessa queixa e quem a teria feito. São questões que permeiam o contexto de um momento pós-abolição em uma realidade local.

Na edição do mês de maio de 1889, O Taquaryense noticiou uma celebração religiosa que ocorreu em Taquari em comemoração à abolição da escravatura de 13 de maio de 1888. O que nos reporta à construção de valores “ordeiros” e “civilizadores” contidos na valorização da data como um marco, um corte com o passado, elementos

¹¹ PRISÕES. O Taquaryense, Taquari, p.02, 25 mar. 1889.

fundamentais para uma perspectiva política calcada em um projeto republicano para a sociedade. O periódico indicava:

Segunda-feira, 13 do corrente, terá lugar na igreja Matriz desta villa uma missa solemne, em comemoração ao primeiro aniversário da lei de 13 de Maio. Rogo a todos os cidadãos que com ella receberam a liberdade, e a todas as pessoas que quizerem contribuir para tão justo acto, o obsequio de mandarem suas esportulas, até o dia 1, ao abaixo assignado, que passará recibo.¹²

A exemplo do que ocorre em outros jornais de diferentes partes do Brasil, uma construção heroica vai se constituindo em torno do 13 de maio e da figura da Princesa Isabel, que é transformada na protagonista, já que das suas mãos os cativos “receberam” a liberdade. Assim, relacionamos a data e as comemorações como uma “emergência das festas e dos cultos cívicos reordenadores do novo sentido que se queira imprimir no tempo e no espaço (...)” (CATROGA, 1990, p.449).

Há outras notícias em alusão ao 13 de maio, todavia o semanário deu destaque à 15 de maio de 1889, em que se tem a grandiosidade dos festejos em Taquari, o envolvimento dos libertos na comemoração, a saudação à princesa Isabel e aos abolicionistas. Algo notado na sequência:

[...] Reunidos à noite, em crescido número, os homens de côr e muitas pessoas gradas, fizeram um passeio cívico pelas ruas da villa, acompanhados da banda de música, ao estrugir de foguetes e à luz de fogos de Bengala. No trajecto foram levantados pelos libertos repetidos vivas à princeza d. Izabel e ao conselheiro João Alfredo. Em um dos extremos da rua Sete de Setembro usou da palavra por alguns momentos um dos cidadãos de côr, que concluiu a sua oração com aclamações à “nossa bela princeza”, como ele disse. A reunião foi dissolvida no Club Musical, onde tomaram a palavra os srs: João Alvim, para aconselhar os libertos a trilharem sempre o caminho da honra, e terminou saudando a princeza imperial, conselheiro João Alfredo e a todos os abolicionistas, e Aprígio Baptista, que discorrendo criteriosamente sobre o mesmo assumpto, concitou os libertos a serem homens de bem, e terminou saudando o gabinete João Alfredo, como o vencedor da esplendorosa batalha [...].¹³

Entre as perspectivas analisadas na publicação do jornal, um em específico merece destaque, o qual foi o aconselhamento repassado aos libertos para que trilhassem o caminho do bem, o que, em outras palavras, significa uma prevenção para que não perturbassem a tranquilidade branca, ou seja, a ordem estabelecida em uma

¹² TREZE DE MAIO. O Taquaryense, Taquari, p.2, 15 mai.1889.

¹³ TREZE DE MAIO. O Taquaryense, Taquari, p.2, 15 mai.1889.

sociedade movida pelos princípios hierárquicos e senhoriais. Dessa maneira, a liberdade dos escravizados se apresentava como ameaça aos brancos, que estavam acostumados a manter esses indivíduos sob o cativo e com certo controle. Na continuidade, o caso de libertos no Rio de Janeiro que se revoltaram em grande número, algo parecido com a notícia abaixo e que os senhores de Taquari temiam. Expõe-se:

Do interior da província do Rio de Janeiro enviaram o seguinte telegrama para a Gazeta de Notícias, da corte: Cerca de 800 libertos, armados de cacetes, facas e garruchas, invadiram a villa de Padua, ameaçando os republicanos e antigos senhores, sem distinção de partido. Foram à estação esperar o dr. Laurindo Pitta, para massacrá-lo e continuam a ameaçar a todos os homens brancos. A população está armada. Tudo indica que começa a guerra por efeito do ódio de raça. Deram-se alguns ferimentos.¹⁴

A situação mencionada na notícia representa o que Silva (2009) escreve sobre a repressão à vadiagem que se fazia presente no Brasil com o advento da República. O autor comenta que os grupos populares, entre os quais as populações de negros migrantes da cidade do Rio de Janeiro, demonstravam o tempo todo não aceitar o seu enquadramento em esquemas disciplinares e agiam com um entendimento muito próprio dos seus interesses. Observa-se que o contexto da República gerou momentos de vigia com os negros libertos.

Gomes e Domingues (2011) mencionam que, no caso do Rio de Janeiro, homens e mulheres negros, com base em sua tradição de luta e experiências da escravidão, procuravam, depois da abolição, forjar novas experiências de liberdade. Os escravizados queriam espaços de autonomia e liberdade em um mundo sem possuídos e possuidores. Os primeiros anos da República demonstraram que os políticos não pouparam esforços para incluir a população negra e pobre da corte em seu projeto.

Segundo Fausto (2000), a passagem do Império para a República se deu quase como um passeio, porém, os anos posteriores ao 15 de novembro de 1889 foram marcados por incertezas. Existiam vários grupos que disputavam o poder com interesses distintos e opiniões divergentes em relação à organização da República. Os representantes políticos da classe dominante das principais províncias defendiam a ideia da República Federativa que assegurava certa autonomia para as unidades regionais. Uma das regiões mais instáveis nos primeiros anos da República foi o Rio Grande do Sul, com várias trocas no governo - 17 governos se sucederam até a eleição de Júlio de Castilhos, em novembro de 1893.

¹⁴ ASTÚCIA. O Taquaryense, Taquari, p.02, 25 mar.1890.

Outra notícia veiculada pelo Taquaryense foi sobre as festas que ocorreram em Taquari para comemorar a abolição. No entanto, o conteúdo dessa publicação se difere um pouco das outras que já foram citadas, em função, de os libertos oferecerem um jantar para o cônego do município, à sociedade Lyra Taquaryense e para a redação do jornal O Taquaryense. O motivo seria um agradecimento pelas comemorações ao 13 de maio e o apoio à causa abolicionista. Segue:

A convite de uma comissão composta dos srs. Brocardo José dos Santos, Amaro Louredo, Agostinho Rosa e Manuel Ivo da Rosa, assistimos domingo, em casa do primeiro, a um jantar oferecido pelos homens de cor ao ver. Sr. Cônego Tostes, à sociedade Lyra Taquaryense e à redação desta folha, como uma prova de gratidão ao desinteresse que tiveram os primeiros prestando-se gratuitamente à celebração das festas de 13 do corrente, e a nós pelo insignificantíssimo auxílio que às mesmas prestamos. Não podendo comparecer o sr. conego Tostes, representou-o o sr. tenente Venancio G. de Oliveira. Encetando a série de brindes, o sr. Aprigio Baptista, como interprete da comissão promotora do jantar, manifestou que os homens de cor, gratos aos obsequiados pela parte que tomaram nos festejos do dia 13, e na carência absoluta de outro meio com que pudessem patentear essa gratidão, offerenciam-lhes por aquella forma um testemunho de quanto se achavam penhorados. Apontando os serviços prestados pelos obsequiados em prol da abolição, especialmente os do conego Tostes, cuja solicitude foi infatigável, o orador terminou erguendo saudações ao sr. conego Tostes, à Lyra e ao Taquaryense [...].¹⁵

A partir do exposto acima, analisa-se que os chamados “homens de cor”, que são evidenciados nessa notícia, diferem-se daqueles mencionados na notícia do dia 05 de fevereiro de 1889, em que foram considerados “vagabundos” e que causariam desordens. Provavelmente esses negros libertos, que conseguiram promover um jantar aos defensores da abolição, possuíam condições financeiras que não condiziam com as de outros libertos, os que ocupavam, por exemplo, as matas da Serra Geral. Novamente, ressalta-se a quantidade de publicações relacionadas ao 13 de maio e às diferentes ênfases dadas pelo periódico à questão dos alforriados.

As mudanças no trabalho agrícola foram evidenciadas pelo jornal, que mencionou a transição do uso do trabalho escravizado para o trabalho livre, desencadeada pela Lei Áurea de 1888. Com isso, fez menção às escolas profissionais que ajudariam no ensino de novas técnicas para os cultivos que então passariam a ser colocados em prática. Conforme o jornal:

¹⁵ JANTAR. O Taquaryense, Taquari, p.2, 30 mai. 1889.

Depois do sublime acontecimento sociológico reflectido do decreto de 13 de maio de 1888, operou-se no Brazil a transformação do trabalho agrícola, o qual passou das mãos do inconsciente escravo às do operário livre, e, em grande parte, colono que procura este paiz visando um futuro próspero e risonho. Esta mudança, tão rápida quão proveitosa vem levantar a agricultura nacional, que poderá emancipar-se e escapar das velhas e absurdas rotinas, desde que se lhe dê uma direção conveniente e sábia. Tornam-se por isso urgentes as escolas profissionais para exemplo das práticas úteis e rendosas, que devem ser realizadas nesta rápida evolução do trabalho [...].¹⁶

Para Mertz, Grando e Targa (2007), três sistemas agrários no período de 1889 a 1930 se destacaram na economia agrária do Rio Grande do Sul. O primeiro e mais antigo foi o da pecuária extensiva, baseado no latifúndio; o segundo se desenvolveu a partir da imigração e teve como base a agricultura familiar policultora e a pequena propriedade; já o terceiro sistema se baseava na agricultura comercial do arroz, bem como no arrendamento da terra aos pecuaristas. Os autores salientam que o sistema produtivo das estâncias não sofreu grandes mudanças. Houve melhoramento nos campos e nas propriedades familiares com os colonos europeus ocupando vastas florestas.

Entre as notícias lidas, uma faz referência à imparcialidade nos textos publicados, afirmando a isenção da suspeita de partidarismo, reforçando que havia recebido propostas vantajosas, mas que resolveu não aceitar ou, somente em parte, para publicação das atas, convites e avisos. Além disso, o periódico citou outros jornais que seriam neutros, como Diário de Notícias e do Comércio. Lê-se o seguinte:

Nesse sentido nos entendemos com alguns cavalheiros e fizemos-lhes ver que, se aceitássemos a proposta, esse facto não importava em o Taquaryense tornar-se político, porque a sua direção continuaria a ser a mesma, isenta de parcialidade. Apontamos como exemplo o Paiz, Diário de Notícias, Gazeta de Notícias e Diário do Comércio, jornais neutros do Rio, cada um dos quais tem uma secção republicana, que o partido lhes paga e cuja responsabilidade assume, é uma fonte de receita que facilita muito a vida do jornalismo, ao mesmo tempo que é um meio barato de propaganda. Objectaram os cavalheiros que consultamos, que nem todos comprehenderiam isso e que ao lerem qualquer artigo de propaganda não procurariam saber se ele foi pago ou não, nem a sua procedência. Nestas condições, e como queremos conservar este periódico isento até da simples suspeita de partidarismo, resolvemos não aceitar a proposta vantajosa que nos feita ou aceita-la em parte, só quanto à publicação das atas, convites, avisos, etc. Essa resolução já comunicamos à comissão por intermédio de um de seus membros.¹⁷

¹⁶ TRABALHO AGRÍCOLA. O Taquaryense, Taquari, p.1, 25 jul.1889.

¹⁷ MACROBIO. O Taquaryense, Taquari, p.01 e 02, 28 dez.1889.

Sabe-se que o Partido Republicano lançou jornais no Rio Grande do Sul, com destaque para a Federação. Mas de acordo com o exposto acima, O Taquaryense não se considerava partidário, apesar de em outros momentos o periódico mencionar fatos publicados por jornais, como a Federação. Leram-se também vários nomes de pessoas que estavam ligadas à política de Taquari, alguns, inclusive, eram proprietários de mão de obra escravizada. Na continuidade, apresenta-se uma notícia com um título que se destaca e que representa a exclusão social.

Das informações colhidas pelo activo delegado de polícia, sr. Torquato Rebello, averiguou-se que o facto que noticiamos sob a epigraphe acima, foi oriundo do desleixo do coveiro, não envolvendo mysterio algum. A criança que serviu de pasto ao cão foi effectivamente o filho da crioula Benta. Convém que o coveiro seja repreendido para cumprir melhor os seus deveres, afim de evitar-se uma reprodução do facto tão repugnante quanto deshumano que noticiamos.¹⁸

A publicação revela o descuido e, mais do que isso, a discriminação social, posto que a criança foi filha de uma possível ex-escravizada de Taquari, dessa forma, não sendo preciso ter cuidado no momento de enterrar. Em outra notícia que havia anunciado o fato, viu-se que a recém-nascida havia sido sepultada do lado de fora do cemitério, em uma cova com um palmo de profundidade. Isso demonstra a pouca vontade do coveiro, mas, acima de tudo, a maneira como as pessoas libertas e seus descendentes foram vistos no momento de imediato pós-abolição.

No dia 15 de novembro de 1889, o jornal traz a notícia de que um grupo de libertos em uma cidade de Minas Gerais havia entrado na câmara municipal para dar fim às matrículas de trabalhadores e aos livros de registro civil. Diante dessa atitude, foram repelidos pelo povo, o que resultou em alguns ferimentos. Nessa data, tem-se a proclamação da República no Brasil. Talvez tenha sido uma coincidência tal fato ou foi algo articulado pelos ex-escravizados. E, ao mencionar a República, o jornal publicou a transição da forma de governo do país em suas páginas, como analisado abaixo:

Não transmitimos aos leitores uma novidade noticiando a súbita transformação por que acaba de passar o nosso paiz. Notícias como essa, de tanta magnitude para o povo, divulgam-se rapidamente, e sem nem uma folha diária pode ter a glória de a transmitir em primeiro lugar, menos o pode fazer um periódico. Todos sabem, portanto, que acaba de operar-se uma mudança radical no sistema de governo do Brazil: o advento, inesperado, da República. As circunstâncias que precederam a esse notável acontecimento, ou por outra, a causa que o apressou é por enquanto desconhecido entre nós [...].¹⁹

¹⁸ DEVORADA POR UM CÃO! O Taquaryense, Taquari, p.01, 25 ago. 1889.

¹⁹ O ADVENTO. O Taquaryense, Taquari, p.01, 20 nov.1889.

Nessa edição, o jornal demonstra uma espécie de surpresa com a instauração do sistema republicano e em outra edição divulga como a Câmara de Vereadores de Taquari reagiu à mudança. Esta prestou o seu apoio com envio de telegramas aos líderes republicanos e, ao final da sessão, os vereadores do município colocaram uma bandeira da República em frente ao prédio da Câmara. O Taquaryense:

Em sessão extraordinária, realizada ante-hontem perante um grande concurso de povo, a câmara municipal resolveu aderir e prestar todo o seu apoio ao governo da República. Foram expedido telegramas nesse sentido ao general Deodoro, Quintino Bocayuva, visconde de Pelotas, Ramiro Barcellos, Júlio de Castilhos e a outros agitadores da ideia republicana. Compareceram à reunião os srs. vereadores José Porfírio, presidente, João Bernardino, vice-presidente, S. Garcia, Fialho, Jacob Arnt e Capellão. Finda a sessão foi arvorada no edifício municipal a bandeira da república, ao som da Marselleza, vivas e foguetes de dynamite [...].²⁰

Na continuidade, o jornal entrevista um ex-escravizado chamado Manuel Victorino da Rosa, enfatizando aspectos de sua vida e de sua chegada até Taquari. Pela primeira vez se observa nas edições analisadas do Taquaryense, ou seja, de 1887 a 1890, a concessão de um espaço nas páginas do semanário para a divulgação da história de um indivíduo que havia sofrido com a escravidão. Nota-se, pela notícia, que Manuel contava com uma idade bem avançada e isso chamou a atenção do periódico e sua situação social, quem sabe um pouco diferenciada da dos demais ex-escravizados. Bem provável que o sobrenome Rosa tenha sido herdado de seu antigo proprietário.

Existe neste município um preto, natural de Benguella, que diz ter cento e onze anos de idade. Chama-se Manuel Victorino da Rosa. Disse-nos que quando veio de Benguella, contando, então 14 annos, o navio q' o trazia encontrou-se com o que conduzia d. Diogo para Moçambique. Foi por muitos anos escravo de um tenente Manuel Carlos, da 1ª companhia do batalhão de caçadores, andando por Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catharina e repúblicas do Prata. Quando veio para o Rio Grande do Sul, Porto Alegre era um lugarejo despovoado, que primava pela grande quantidade de unhas de gato que se espreguiçavam indolentes pelas hoje ruas da nossa bela capital. Teve em Porto Alegre um senhor que lhe maltratava muito. Obrigava-o a pôr a mão sobre um cepo para dar-lhe bolos, e estes não eram de boa farinha de milho, porque tem as mãos rebentadas. Desse seu ex-senhor, o nosso macróbio conserva na testa, como inolvidável recordação, uma excrescência muito semelhante a lobinho, e que diz ele ser um osso quebrado. Esteve doente uma só vez em toda a sua longa existência, conserva-se forte e não parece disposto a abandonar cedo este mundo.²¹

²⁰ SEM TÍTULO. O Taquaryense, Taquari, p.02, 28 nov.1889.

²¹ MACROBIO. O Taquaryense, Taquari, p.01 e 02, 28 dez.1889.

Até o momento, o jornal apresentou notícias a respeito do negro liberto com diferentes enfoques. Reparou-se que tratou de libertos “escondidos” na parte serrana de Taquari, criticou aqueles que estavam na “vagabundagem”, noticiou a prisão de “crioulas”, salientou o discurso religioso de apoio à abolição, a situação de libertos revoltados em outra cidade, o jantar oferecido por ex-escravizados, os festejos no município em função da assinatura da Lei Áurea e a história de vida de um liberto. Então, tem-se no ano de 1889 distintas publicações que abordaram a pós-emancipação e suas influências no cotidiano de libertos.

A respeito do ano de 1890, identificaram-se três notícias que evidenciaram algo sobre a questão dos libertos. Foram poucas publicações comparando-se com o ano de 1889, em que se localizou 16 notícias. Nas edições, notou-se que foram publicados em relação ao município de Taquari assuntos voltados para a estrada de ferro entre o município e Estrela, a venda de terras, a visita de Rodrigo Villanova (presidente da Província), os telegramas da Câmara de Vereadores, a composição da guarda nacional e a venda de uma fazenda.

A publicação do dia 05 de março de 1890 foi escolhida por apresentar um fato noticiado pelo Taquaryense, mas narrado pela folha de Campinas, que menciona um caso de um morador e sua encomenda de um menino Jesus para um fabricante italiano. No entanto, o periódico quis evidenciar o fato de a encomenda vir na cor negra e, perante isso, a pessoa que havia feito o pedido não gostou e devolveu o santo. O que se identifica a partir de tal notícia é a repulsa à cor negra em um período de pós-abolição. Lê-se:

Não é uma novidade dizer-se que na Europa fazendo nós uma ideia bem desagradável. Um facto recente vem confirmar isso, segundo noticia uma folha de Campinas. Eis o caso: Um morador do interior do estado de S. Paulo encomendou para a Itália um menino Jesus. O fabricante italiano, ao que parece, tem certas e determinadas noções históricas deste paiz e a seu ver isto não passa de uma nação em sua maioria pertencente à raça negra. Assim pensando, entendeu que para haver semelhança entre o proprietário e o santo, devia também este ser preto, e enviou um menino Jesus negro retinto! Ao receber o santo, o dono furioso e enviou-o para aquella cidade, afim de o encarnarem.²²

A situação exposta pelo jornal faz com que se assumam as palavras de Lara (2012), quando menciona que na sociedade portuguesa e, sobretudo, na área colonial, a

²² ÓDIO DE RAÇA. O Taquaryense, Taquari, p.03, 10 mai.1889.

cor da pele foi incorporada à linguagem que traduzia visualmente as hierarquias sociais, sendo a cor branca um sinal de distinção de liberdade, enquanto a pele mais escura uma associação direta ou indireta com a escravidão. Entende-se que a reação da pessoa que encomendou o santo esteja relacionada com o pensamento e a sociedade do final do século XIX. Na sequência, tem-se outra publicação que salienta uma situação vivenciada por uma senhora e sua “criada”. De acordo com o jornal:

Uma senhora que vivia sosinha com uma criada estava arranjando algumas joias, tendo um espelho defronte de si, quando de súbito viu no espelho a imagem de um homem que estava escondido debaixo de uma meza, oculto a todas as vistas, e cuja presença só pudera ser denunciada pelo espelho. A senhora empalideceu de terror, mas não soltou um grito. Viu, porém, que uma das mãos do homem tinha dois dedos de menos, e por esse signal conheceu que era um dos facínoras mais terríveis de que havia notícia. Não fez, porém, nem um gesto de terror. Chamou a criada, e disse-lhe severamente. – Vae ao meu joalheiro e dize-lhe que me mande os diamantes que lá tem, e são os meus diamantes mais ricos. Elle ficara de lhes mudar o engaste, mas realmente não me agrada tê-los muito tempo fora de casa. Que m’ os mande já por ti, estejam como estiverem. Olha! Espera, eu escrevo isso em um bilhete. Escreveu, é claro, não ao joalheiro, mas a um visinho pedindo-lhe por amor de Deus que viesse com a polícia [...].²³

O caso publicado representa, entre outros elementos, a posse pela senhora de uma criada. A notícia é de 25 de março de 1890, o que remete para quase dois anos depois da Abolição. Porém, o jornal publicava situações envolvendo o uso do trabalho escravizado em um momento que não deveria condizer mais com isso. Em outra notícia, apareceu novamente a folha de Campinas, periódico que antes já havia sido citado contando a encomenda do santo negro. A situação agora é diferente, uma vez que expõe o caso de um homem de cor preta que queria modificar a sua nacionalidade. Segue o caso:

Comunicaram a uma folha de Campinas: ‘José Pompeu, homem de cor preta, trabalhador na fazenda do cidadão Luciano Nogueira de Camargo, casou-se, diz ele, há tempo, com uma colona italiana e, como soubesse que os patrícios de sua mulher vinham à cidade recusar a nacionalidade brasileira, entendeu-se que o podia fazer também. Hontem (26 do passado) apresentou-se na secretaria da intendência municipal e ali declarou com o ar mais sério do mundo: - Eu quero declarar que sou italiano, porque entrei na família. Explicando-lhe o secretário que só recebia declarações de estrangeiros que recusarem a nacionalidade brasileira, em vista da lei, o novo italiano desistiu, a muito custo, de seu intento.’²⁴

²³ ASTÚCIA. O Taquaryense, Taquari, p.02, 25 mar.1890.

²⁴ TEM graça. O Taquaryense, Taquari, p.02, jun.1890.

O que se analisa na notícia acima é o casamento de um possível trabalhador liberto com uma mulher italiana, revelando o contato ocorrido em função da imigração de italianos em São Paulo, nas plantações de café, na segunda metade do século XIX. José Pompeu queria modificar a sua nacionalidade para a italiana, algo que lhe foi negado. Esse caso apresenta uma situação diferenciada das outras que o Taquaryense publicou entre 1889 a 1890, sendo a única que trouxe o contato de um ex-escravizado com colonos europeus. Conhece-se o processo de mudança da mão de obra africana na economia cafeeira para o uso da mão de obra assalariada no período mencionado.

A publicação é instigante, em razão de acionar nossa curiosidade sobre quais outras motivações levaram Pompeu a solicitar a nacionalidade italiana. Estaria somente vinculada ao fato do enlace com uma mulher italiana e ter entrado “na família”, ou talvez porque o “ser italiano” (a nacionalidade italiana) oportunizava outras possibilidades de reconhecimento, de trabalho e status em uma sociedade em transformação? Não sabemos. Apenas trabalhamos aqui com algumas inquietações instigadas pelo fragmento de um jornal que transitou e testemunhou um cenário envolto por tensões e conflitos próprios da construção histórica.

Considerações finais

As publicações do Taquaryense correspondentes aos anos de 1889 e 1890 permitiram a análise de vários prismas, que remeteram para a situação do escravizado depois da promulgação da Lei Áurea (1888). Percebeu-se que nas publicações, em específico do ano de 1889, o jornal publicou a situação de libertos refugiados na mata, a chamada Serra Geral, sinalizando para a busca por parte dos libertos de espaços distantes como forma de, talvez, ter mais autonomia.

Em mais de uma notícia, notou-se uma ênfase ao 13 de maio de 1888, o “marco” do fim do trabalho escravizado. Concomitantemente, as notícias ressaltavam a importância da liberdade, sem deixar de indicar a preocupação com seu mau uso por parte dos ex-cativos. O temor com a quebra de hierarquia e da “ordem” se faz presente nos escritos, bem como o entendimento da necessidade de controle dos “novos cidadãos” (de cor preta) pela polícia como forma de serem conduzidos para o caminho do bem. Nesse sentido, percebe-se a forte herança hierárquica e autoritária de uma sociedade moldada ao longo de sua história pelas relações sociais e de trabalho baseadas

na dual relação entre senhores e cativos, as quais estavam presentes ainda nos primeiros momentos da República, posto que as relações sociopolíticas seculares ainda balizavam as relações com os ex-cativos.

A seleção e o debate das notícias do Taquaryense permitem que tenhamos o contato com enfoques relevantes sobre o trabalho escravagista na região do Vale do Taquari, bem como oportuniza reflexões acerca das ações das comunidades negra em Taquari e em outras localidades da região. Acionar o jornal fundado em 1887 e que existe até os dias atuais é ter a possibilidade de acessar uma série de vestígios e indícios sobre as relações sociais existentes na região, as quais envolviam diferentes agentes históricos.

Ao folhear as páginas do Taquaryense, podemos, a partir de uma leitura atenta, perceber que o Vale do Taquari, assim como outras regiões conhecidas historicamente pelo viés somente da escrita enaltecedora da colonização europeia, se formou e se organizou a partir da presença de outros agentes, dentre eles, sem dúvida, destacamos os negros. Assim, o estudo apresentado é uma pequena mostra do grande potencial de leituras e de reflexões ainda necessárias para nos aproximarmos um pouco da complexidade e do jogo social que forjou a história do Vale do Taquari.

REFERÊNCIAS

- AINDA os “os pretinhos” **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 05 fev.1889.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- AO PÚBLICO. **O Taquaryense**, Taquari, p.01, 15 jul.1889.
- ASTÚCIA. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 25 mar.1890.
- BOTH DA SILVA, Marcio A. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 35, n. 70, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v35n70/1806-9347-rbh-2015v35n70014.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **Sobre a televisão**: Seguido de a Influência do Jornalismo e os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CATROGA, Fernando. O culto cívico de D. Pedro IV e a construção da memória liberal. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 12, p.445-470, 1990. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/portugues/rev/det_livros/12.html>. Acesso em 19 abr.2017.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo. Ed: Unicamp, 2001.
- CHRISTILLINO, Cristiano L. **Estranhos em seu próprio chão**: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2004.
- _____. **Litígios ao sul do Império**: a Lei de Terras e a consolidação da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense- UFF, Niterói, 2010.
- COSTA, Natalia A. **Espaços negros na cidade do pós-Abolição**. São Carlos, um estudo de caso. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2015.
- DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a “Redentora” dos Escravos**. Uma História da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988). São Paulo: EDUSC, 2004.
- DEVORADA por um cão! **O Taquaryense**, Taquari, p.01, 25 ago. 1889.
- FARIA, Octávio A. **Monografia do município de Taquari**. Instituto Estadual do Livro, 1981.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8.ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Experiências da emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

JANTAR. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 30 mai. 1889.

LARA, Sílvia H. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista. In: XAVIER, Regina C. L. (Org.). **Escravidão e Liberdade**: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.

LIBERDADE. **O Taquaryense**, Taquari, p.01, 5 set. 1887.

MACROBIO. **O Taquaryense**, Taquari, p.01 e 02, 28 dez.1889.

MAGALHÃES, Magna L. Crônicas e notas: a imprensa hamburguesa e o 13 de maio. **História Unisinos**, São Leopoldo, n. 01, v.12, p.60-66, 2008. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/issue/view/137>>. Acesso em: 25 out. 2017.

MATTOS, Hebe M. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MERTZ, Marli; GRANDO, Marinês Z.; TARGA, Luiz R. P. A agricultura: a organização dos sistemas agrários. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.106-134, 1997. Disponível em: <www.historia.uff.br/tempo/artigosdossie/artg3-5.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.

O ADVENTO. **O Taquaryense**, Taquari, p.01, 20 nov.1889.

ÓDIO de raça. **O Taquaryense**, Taquari, p.03, 10 mai.1889.

OS PRETOS da serra. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 05 fev. 1889.

PRISÕES. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 25 mar. 1889.

O PROJECTO. **O Taquaryense**, Taquari, p.01, 15 mai.1888.

SCHWARCZ, L.M. **Retrato em preto e branco**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Cia das Letras, 1987.

SEM TÍTULO. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 28 nov.1889.

SILVA, Lúcia H. O. Emergindo do silêncio: libertos e afrodescendentes no pós-abolição (1888/1930). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UFPR, 2009. Disponível em:

<www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/luciahelenaoliveira.pdf>.
Acesso em: 28 set. 2016.

TEM graça. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, jun.1890.

TRABALHO agrícola. **O Taquaryense**, Taquari, p.1, 25 jul.1889.

TREZE de maio. **O Taquaryense**, Taquari, p.2, 15 mai.1889.